

**CARTILHA**

# **EDUCADORAS SÃO DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS**



**DEZEMBRO 2021**

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Agradecimentos .....</b>                                       | <b>5</b>  |
| <b>1. Ser Educadora no Brasil .....</b>                           | <b>6</b>  |
| Educadoras. Quem somos nós? .....                                 | 7         |
| Dados do censo escolar e perfil da educadora brasileira .....     | 8         |
| <b>2. Educadoras são defensoras dos direitos humanos .....</b>    | <b>12</b> |
| Por que educadoras são defensoras? .....                          | 13        |
| Cenário de Perseguição: os riscos que corremos no Brasil .....    | 15        |
| <b>3. Desafios e dados atuais sobre a liberdade docente .....</b> | <b>18</b> |
| Ataques na mídia .....  | 18        |
| Educadoras em Risco! .....  | 20        |
| <b>4. Não estamos só! Nossa rede de proteção existe .....</b>     | <b>26</b> |
| Como podemos nos proteger? .....                                  | 26        |
| O que são programas de acolhimento e realocação temporária? ..... | 29        |
| <b>5. A importância da Educação em Direitos Humanos .....</b>     | <b>32</b> |

Sabemos que a linguagem adotada explicita quem cabe ou não num discurso, podendo ser mais inclusiva ou perpetuando a ideia do masculino como o universal. Palavras incluem ou excluem, limitam ou ampliam o universo do possível. Por isso, ao longo de todo esse texto, optamos por usar a flexão de gênero no feminino como gênero extensivo, já que, majoritariamente, a educação brasileira é formada por educadoras. Sabemos que essa escolha ainda não inclui todas as identidades de gênero e que este é um caminho que precisamos traçar e batalhar por ele.

## AGRADECIMENTOS

Em tempos de silenciamento e invisibilidade, é importante tornar público nosso agradecimento a todas e a todos que tornaram essa cartilha possível. Começamos agradecendo ao IFRJ que garantiu apoio institucional ao projeto “Educadores são Defensores: um estudo de viabilidade para criação de um programa de acolhimento no IFRJ”. Em seguida destacamos o papel da Protect Defenders não apenas como financiadora, mas por todo o diálogo e aprendizado sobre acolhimento de defensoras em risco.

O conselho de Pesquisa formado pela Front Line Defenders, Instituto Marielle Franco, Justiça Global, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Professores Contra o Escola Sem Partido foi fundamental na interlocução que nos possibilitou pensar sobre a perseguição docente no país. Por último, não seria possível toda esta construção sem a equipe do GPTEC (Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Cultura do IFRJ), um grupo de pesquisa comprometido com a produção de um saber socialmente referenciado e que faça sentido.

# 1. Ser Educadora no Brasil

*Olá, educadora,  
No último período, encaramos  
incessantes ataques a nossa  
educação. Muitos deles envolvendo  
a liberdade de ensino a partir  
da narrativa de uma suposta  
doutrinação realizada por nós  
educadoras dentro da sala de aula.  
Esse contexto tem nos levado ao  
adocimento. São várias questões de  
ordem emocional e uma sensação  
de insegurança constante.  
Compreendendo este cenário e  
a solidão com que muitas vezes  
temos que lidar ao enfrentar  
essas questões, preparamos esta  
cartilha. Esperamos que ela seja  
um acolhimento para que você  
saiba que não está sozinha. Aqui  
você encontrará dados e exemplos  
para compreender que não estamos  
sós. Nosso objetivo é construir  
caminhos e apontar ferramentas  
para resistirmos e superarmos essa  
página infeliz vivida hoje pela  
educação brasileira.*



## Educadoras. Quem somos nós?

Esta nossa cartilha foi idealizada e escrita **por e com** educadoras. Consideramos fundamental iniciarmos nossa apresentação com essa afirmação, pois ela ajuda você, leitora, a compreender a perspectiva pedagógica que atravessa todo este material.

Acreditamos e defendemos um modelo educacional crítico, que seja voltado para a construção de práticas pedagógicas transformadoras. Isso implica, entre outras coisas, em pensarmos em estratégias, ferramentas e ações educacionais coletivas, não hierarquizadas e que promovam sempre o diálogo.

Para esse processo de construção de aprendizagem de formação integral e crítica, a figura que orienta a relação da educanda com os conteúdos, que media os debates, que promove e fomenta as reflexões, é fundamental. Essa figura é quase sempre chamada de professoras, docente, tia. Para nós, ela é a educadora.

Educadora é a responsável por coordenar, na relação com o outro, os processos de ensino e aprendizagem. E esse processo ocorre em muitos espaços (formais e não formais). Ocorre nas escolas e nas redes oficiais de ensino, nas universidades, mas ocorre também via atuação de movimentos sociais, em cursos e espaços de iniciativa popular, em organizações não-

governamentais e em diferentes frentes de atuação. Nessa cartilha você encontrará, portanto, a visão de que educadoras somos nós que atuamos em prol da “leitura crítica do mundo”, através de práticas pedagógicas distintas e em diferentes espaços.

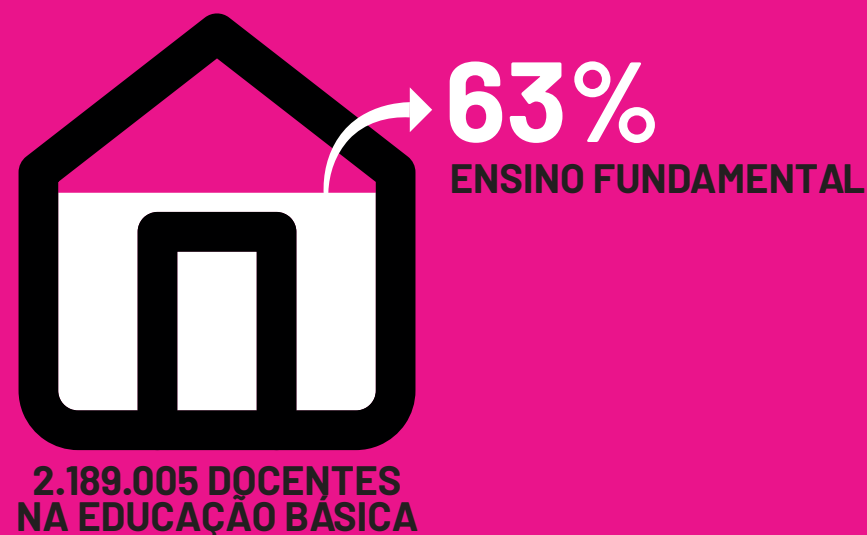
## Dados do censo escolar e perfil da educadora brasileira

- Quem somos nós?
- Você sabe quantas somos?
- Em que segmentos da educação mais atuamos?
- Qual nossa faixa salarial?
- Em que condições trabalhamos?

Essas perguntas parecem fáceis de serem respondidas, mas, dada as proporções colossais da rede educacional do país, e nosso pouco acesso aos resultados de pesquisa, levantamentos e análises como o Censo Escolar, sabemos muito pouco ou quase nada sobre quem são as educadoras brasileiras.

Somos mais de dois milhões de educadoras, em uma pluralidade regional, cultural e linguística, que enfrentamos realidades e dificuldades específicas. Mas em comum temos traços que nos unem em nossa identidade de educadoras brasileiras.

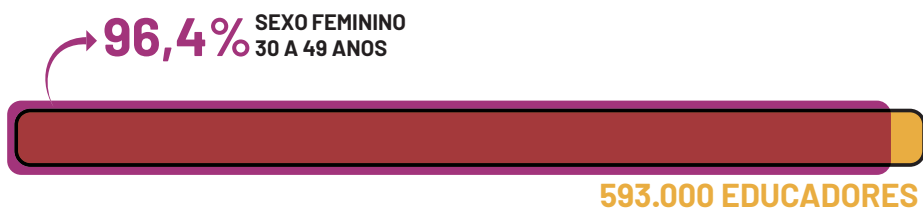
Segundo os dados apresentados pelo último Censo Escolar realizado, no ano de 2020, foram registradas 47,3 milhões de matrículas nas 179,5 mil escolas de educação básica no Brasil. Esta mesma pesquisa registrou 2.189.005 docentes na educação básica brasileira. A maior parte delas atuando no ensino fundamental, 1.378.812, o que corresponderia a 63% das educadoras do país.



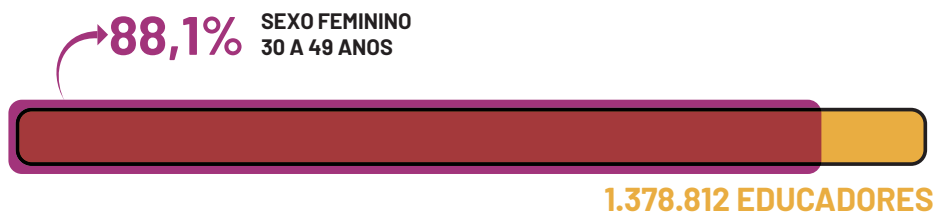


Na etapa da educação infantil, contamos com 593 mil docentes, sendo 96,4% do sexo feminino, concentrando-se nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. Já no ensino fundamental, atuam 1.378.812 educadoras. Nele, a prevalência das mulheres ainda é um dado que se destaca, pois 88,1% são do sexo feminino e também nas faixas etárias de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. No ensino médio, o censo mostrou um total de 505.782 educadoras, sendo 57,8% do sexo feminino, nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos.

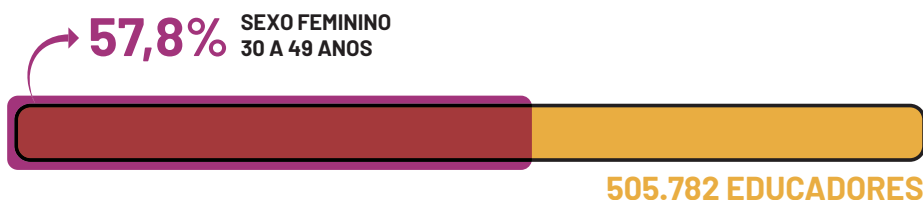
### EDUCAÇÃO INFANTIL:



### ENSINO FUNDAMENTAL:



### ENSINO MÉDIO:



Esta amostra de dados nos dão indicativos importantes sobre o nosso perfil, como o fato de termos uma maioria expressiva de mulheres, na faixa-etária de 30 a 49 anos, com curso superior completo, no quadro docente do sistema educação brasileiro. Esse dado sobre a feminização da profissão é extremamente relevante quando queremos pensar os ataques atuais à educadoras e a quem eles se dirigem na maioria das vezes.

Além disso, a múltipla jornada de trabalho também é compartilhada por muitas de nós, já que em todo o país a remuneração das docentes, especialmente da educação básica é extremamente baixa, fazendo com que atuemos em diferentes instituições de ensino. Outro traço comum é a precariedade das redes em que atuamos. Apesar de inúmeras diferenças, as redes em todo o Brasil têm em comum a ausência de elementos básicos para a garantia do trabalho docente de qualidade. Ou seja, falta de material didático, escolas com problemas estruturais graves, inexistência de tempo de planejamento das atividades, compõem alguns dos pontos que unificam o que é ser docente no Brasil.



## 2. Educadoras são defensoras dos direitos humanos

“Defensoras dos direitos humanos”. Uma expressão bastante utilizada em nosso país nos dias hoje e que vem acompanhada de muito desconhecimento e também de preconceitos. É comum encontramos pessoas empregando “Defensoras dos direitos humanos” para se referirem de forma

pejorativa àquelas que atuam em torno de temas como: racismo, reforma agrária, homofobia, machismo, intolerância religiosa, meio ambiente etc.

Na verdade, não existe uma única definição para “Defensoras dos direitos humanos”. Entretanto, todas elas compartilham pontos em comum, entre eles: a ideia do termo se referir a pessoas que, individualmente ou coletivamente, intervêm para promover e proteger direitos que reconheçam e assegurem a

humanidade de todas e todos. Ou seja, as “defensoras dos direitos humanos” são sobretudo identificadas pelo que fazem, por suas ações.

As defensoras atuam apoiando a garantia de diversos direitos básicos, como alimentação e água, direito à terra, à moradia, à saúde, à educação. Também podem atuar com refugiadas, com direitos das chamadas minorias políticas (mulheres, LGBTQIs), em defesa da preservação do meio ambiente e dos povos indígenas. A lista de possibilidades é extensa. Mas vocês devem estar se perguntando qual a relação entre os direitos humanos e nós educadoras. **Nossa resposta é: também somos defensoras dos direitos humanos!**

### Porque Educadoras são Defensoras?

Os projetos pedagógicos da grande maioria das escolas, públicas e privadas, de movimentos e organizações que atuam com educação, explicitam que almejam levar suas estudantes à compreensão dos princípios democráticos e à construção da cidadania. Nossos Parâmetros Curriculares, nossa Lei de Diretrizes e Bases e demais documentos legais sobre a educação brasileira apontam e asseguram essa percepção.

Ou seja, há uma ideia generalizada de que um dos objetivos centrais da educação deve ser o de promover a construção de sujeitos autônomos, críticos, que almejem o exercício da cidadania, embasada nos



site: Thais Pinheiro

princípios democráticos da justiça e da igualdade.

Para que isso ocorra, para que possamos cumprir estes objetivos, é preciso que nossa prática docente contemple a abordagem de temas conectados aos direitos básicos, que formem nossas estudantes para uma cultura de respeito e de cidadania. Ou seja, uma educação que se orienta pelos direitos humanos.

Portanto, somos defensoras de direitos humanos porque nossa prática como educadoras pressupõe esse compromisso com uma formação pautada em valores como a justiça e a igualdade.

Em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire coloca o papel da **educação como um ato político**, que liberta os indivíduos por meio da “*consciência crítica, transformadora e diferencial, que emerge da educação como uma prática de liberdade*”. Dessa forma, uma educação em direitos humanos.

Mas será que a escola que hoje conhecemos permite, de fato, que tais objetivos sejam alcançados?

Infelizmente, sabemos que, na maioria das vezes, não. Atravessamos um momento de muitos ataques exatamente por atuarmos comprometidas com esta educação libertadora. Por isso, é muito importante estarmos atentas e conhecermos um pouco mais sobre o contexto que vivemos e como podemos atuar diante dele.



## Cenário de Perseguição: os riscos que corremos no Brasil

Neutralidade. Essa palavra vem sendo amplamente utilizada para tratar da nossa educação e da nossa prática docente. Ela, além de omitir que está em curso um projeto educacional de viés conservador e negacionista, vem sendo usada para justificar, por exemplo, Projetos de Leis e diversas iniciativas ligadas ao chamado “Escola sem partido”, ou mesmo ações que buscam controlar os materiais didáticos usados nas escolas.

O que a suposta neutralidade sustenta, na verdade, é o modelo de educação vigente. Uma educação excludente, desigual e acrítica. Além disso, a suposta neutralidade também serve para limitar e cercear a atuação de educadoras, já que qualquer tema que não seja consensual, que possa mexer com convicções privadas, fatalmente fará com que a professora sofra a acusação de um suposto crime de manipulação ideológica.

E este é um ponto importante da atuação docente que está sendo ameaçada por estes projetos e por grupos que desejam manter a educação como uma ferramenta para reproduzir nossas desigualdades sociais. O constrangimento à liberdade das educadoras escolherem aquela que consideram ser a melhor abordagem sobre um determinado tema.

Em geral, as defensoras de projetos como esse desqualificam a escola como lugar de formação da cidadania, promoção de valores democráticos e respeito aos Direitos Humanos. Portanto, os temas ligados à diversidade, às questões raciais, de gênero e orientação sexual seriam os principais



pontos a serem retirados do espaço escolar e de planos pedagógicos por estes projetos e grupos.

É interessante observarmos que a maioria das suas proponentes não é educadora e não conhece de perto o que acontece nas salas de aula. Não sabe dos principais debates envolvendo o campo educacional, nossa realidade, nossos planos de ensino, a pedagogia que nos orienta ou as condições em que ministramos nossas aulas.

Compreender a ameaça destes projetos e as ações desses grupos implica em perceber o momento político e a conjuntura que nos cerca. Nosso país vive um período de intensa disputa de projetos entre aqueles que querem transformações e os que querem nos fazer retroceder. A educação é uma das principais ferramentas que ambos os projetos podem ter para vencer esta disputa.

Atuarmos contra os movimentos negacionistas e cerceadores de nossa liberdade significa lutarmos em prol de uma educação libertária e de qualidade. Uma educação transformadora, que vise contribuir com uma sociedade mais justa e democrática.



# 3. Desafios e dados atuais sobre a liberdade docente

Inúmeros são os casos recentes envolvendo algum tipo de perseguição ou assédio a educadoras em nosso país. Quem não conhece uma colega que passou por algum tipo de questionamento sobre temas abordados em suas aulas? Ou não se autocensurou evitando falar sobre algum assunto por receio de possíveis reações? Quem não leu na mídia histórias de processos contra educadoras nos últimos anos?

Algumas dessas histórias tomaram proporções difíceis de acreditar. Processos judiciais, aulas gravadas e expostas em mídias sociais, educadoras demitidas, materiais didáticos censurados. Esses casos acabam não ganhando tanto destaque nos grandes veículos de comunicação do país. Além disso, há omissão e ausência de dados sobre esses fatos.

Acreditamos que é importante termos acesso a esses dados, reunirmos o máximo de informação possível sobre esses episódios e assim compreendermos melhor o cenário que estamos vivenciando e os desafios que enfrentamos.

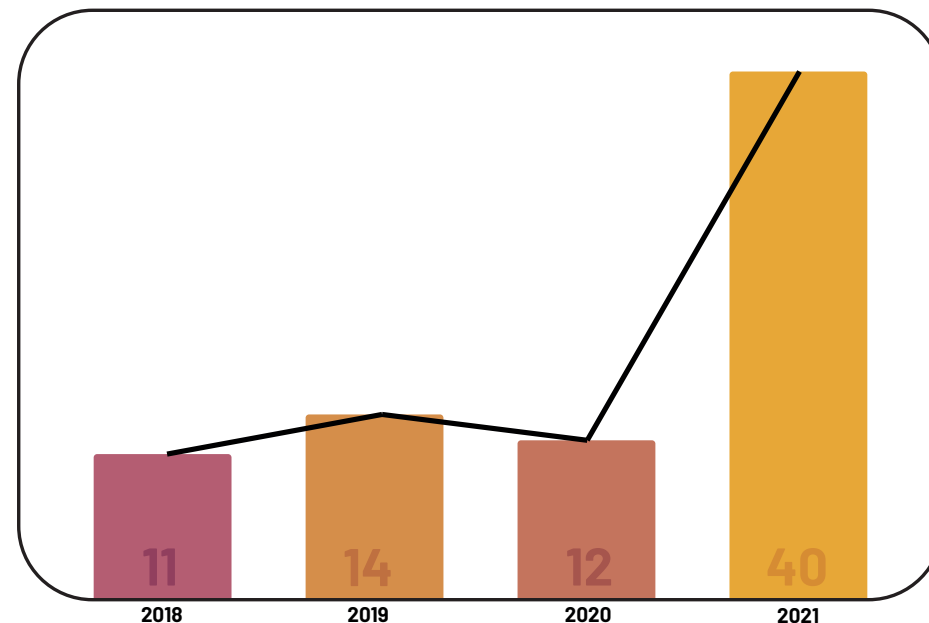
## Ataques na mídia

O levantamento realizado pelo GPTEC em matérias veiculadas desde 2018 na grande mídia brasileira sobre: perseguição de educadoras defensoras dos Direitos Humanos, censura de materiais didáticos e adoecimento de professoras, deu visibilidade a dados e informações que confirmam o avanço dos ataques a nós educadoras e a nossa liberdade pedagógica.

Utilizamos como fonte para este breve levantamento os principais jornais, websites, blogs e páginas em redes sociais. Buscamos por palavras-chaves como: perseguição, escola sem

partido e censura. Entre janeiro de 2018 e agosto de 2021, foram 77 matérias encontradas. No primeiro ano, 11 notícias, e, no ano seguinte, 14. Mas, em 2021, saltamos para 40 matérias tratando sobre estes temas, o que confirma que a educação democrática e nós educadoras estamos em risco no Brasil.

Demissão, medo e adoecimento aparecerem como os principais resultados desse processo. Um cenário de risco para nós e que precisa ser avaliado de forma mais profunda, com mais dados e informações sobre como nós educadoras estamos vivenciando tudo isso.

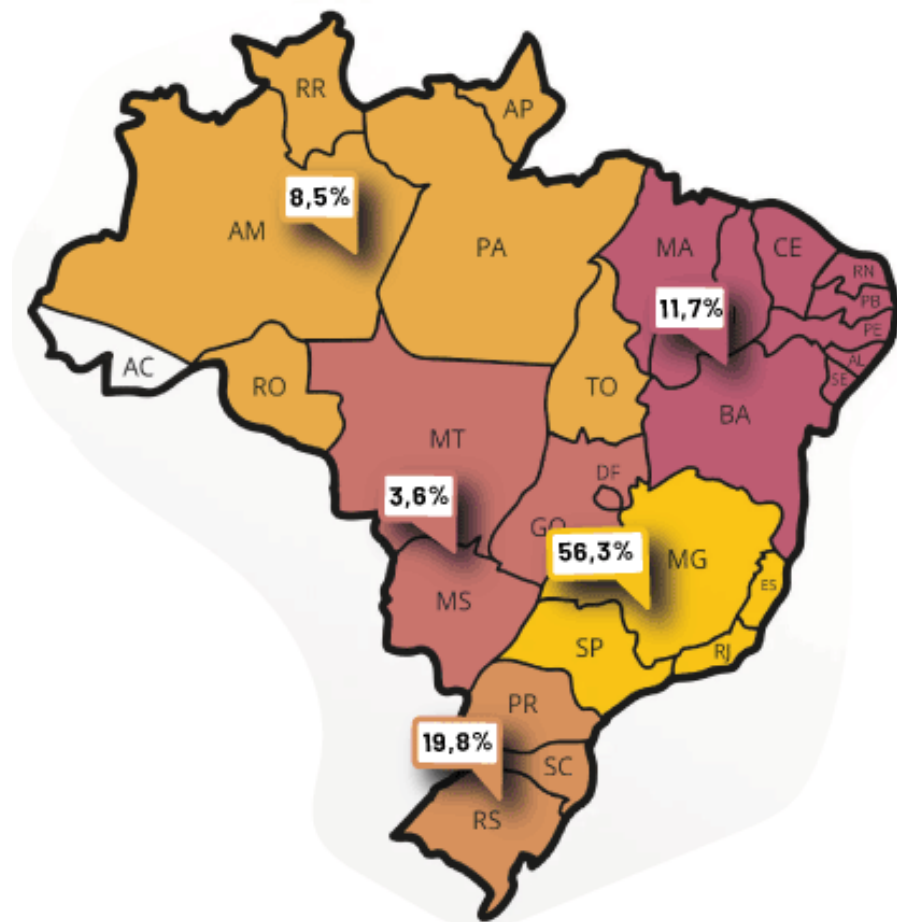


## Educadoras em Risco!

Em busca desses dados, o IFRJ, através do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Cultura/ GPTEC, somou forças ao Instituto Marielle Franco na realização da pesquisa "Educadores em risco". Pensada como uma homenagem ao centenário do educador Paulo Freire, tal pesquisa, realizada em outubro de 2021, teve como objetivo conhecer um pouco mais nosso perfil e também identificar de que forma nós educadoras estamos sendo afetadas pelo cenário atual do país.

Por meio da aplicação de questionários online, buscamos saber os medos, os receios, as ameaças, as inseguranças atuais e de que forma esta conjuntura de perseguição à educadoras vem afetando nossa prática pedagógica. Tendo sido amplamente divulgado em todas as regiões do país, durante 15 dias no mês de outubro, educadoras de todo o Brasil puderam responder às questões e assim nos ajudar com a coleta de dados e informações sobre nossa real situação hoje.

Ao todo 837 pessoas participaram da pesquisa, sendo 11,7% do Nordeste, 8,5% do Norte e 3,6% da região Centro-oeste do país. Os estados do Sudeste foram responsáveis por 56,3% das respostas enviadas, e o Sul, 19,8%.



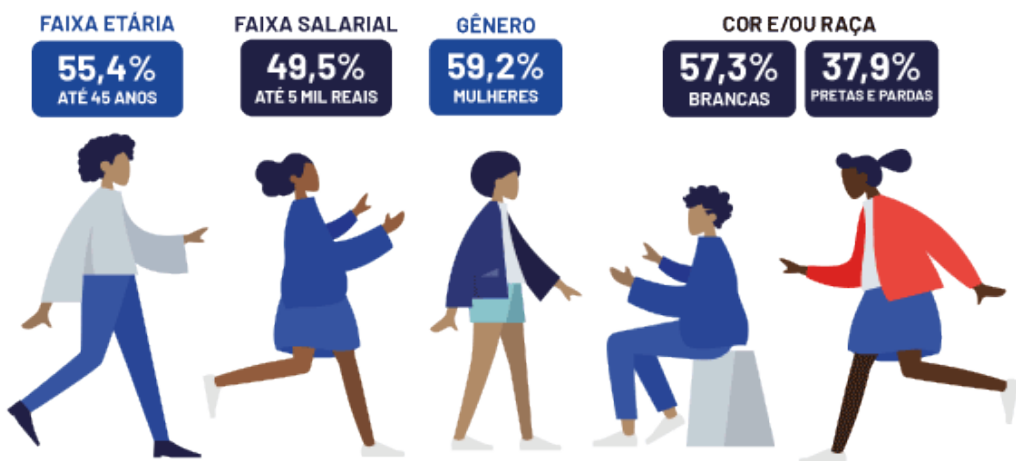
|    |     |    |    |    |   |    |   |    |   |
|----|-----|----|----|----|---|----|---|----|---|
| RJ | 342 | PE | 27 | AM | 7 | MT | 5 | RR | 1 |
| RS | 150 | CE | 13 | MS | 7 | PB | 4 | RN | 1 |
| SP | 93  | PR | 11 | TO | 7 | PI | 3 | AC | 0 |
| PA | 52  | DF | 10 | ES | 6 | RO | 2 |    |   |
| BA | 32  | AL | 10 | MA | 6 | SE | 2 |    |   |
| MG | 30  | GO | 8  | SC | 5 | AP | 2 |    |   |

Prefere Não Declarar 1

Das educadoras de todo o país, 8,0% trabalham na Ed. Infantil e/ou 38,8 % no Ensino Fundamental I e II e/ou 57,1% no Ensino Médio. Ou seja, a maior parte das respondentes afirmaram atuar na educação básica. O estudo também alcançou, diante do total de participantes, 36,2% que atuam (somente ou dividindo parte da sua carga horária) na Educação Superior (Graduação e Pós-graduação).

É importante dizermos que muitas vezes estas educadoras atuam em mais de um segmento e também em mais de uma rede de ensino. Pelo menos 12% das participantes afirmaram atuar em mais de uma rede, seja privada, pública ou com educação popular. E 86,4% atuam de alguma forma na rede pública de ensino. **Ou seja, um número muito expressivo de educadoras que vem sofrendo diretamente com o cenário de perseguição que descrevemos atua em algum nível do ensino público, seja municipal, estadual ou federal.**

Ainda sobre o perfil das participantes do nosso estudo, vale destacarmos o fato de que 59,2% são mulheres. 57,3% das pessoas que responderam se declararam brancas e 37,9% pretas e/ou pardas. Além disso, cerca de metade das educadoras recebe em média até R\$5.000,00.



Quando perguntadas sobre educação e direitos humanos, **98% afirmaram considerar importante incluir os direitos humanos em suas aulas, mas, ao mesmo tempo, 82,1% se sentem ameaçadas de alguma forma pelo cenário atual.** 61,5% disseram já ter sofrido questionamentos sobre sua aula e/ou materiais didáticos e terem sido pressionadas a mudar de tema/abordagem em suas aulas.

As participantes também afirmaram que a conjuntura brasileira já afetou/afeta sua saúde física e/ou mental (76,8%). Conseguimos compreender melhor como esta conjuntura impacta em nossa rotina como educadoras e em nossa saúde quando nos deparamos com os seguintes dados:

**64,4%**  
afirmam já ter sofrido algum tipo de assédio, perseguição ou censura em seu trabalho;

**63,7%**  
têm medo de retaliações e/ou perseguições no ambiente de trabalho;

**61,9%**  
já repensaram uma aula por receio de uma possível repercussão negativa;

**30,1%**  
já tiveram problemas envolvendo gravações de aula sem autorização e/ou foram expostas em redes sociais e/ou sofreram invasões de atividades virtuais;

**48%**  
foram expostas a alguma situação violenta e/ou sofreram ameaça de processo judicial.



Esses dados confirmam nossa hipótese de que o ambiente educacional brasileiro hoje é adoecedor e que nós educadoras atuamos todo o tempo com medo. Os números são estarrecedores e ainda desconhecidos para a maioria das pessoas. Quase metade das participantes disse já ter sofrido algum tipo de violência ou ameaça em seu ambiente de trabalho. Como é possível se sentir segura, emocionalmente e psicologicamente saudável diante deste cenário?

**Diante dessa insegurança, 96,8% das participantes concordam que seria importante a criação de um programa de acolhimento para educadoras perseguidas no Brasil.** Como principal demanda, 91% das respondentes afirmam que gostariam de contar com assessoria jurídica e/ou 90,4% gostariam de acompanhamento psicológico num futuro programa de acolhimento. Além disso, 61,3% consideram importante receber alguma formação em segurança digital. Outros aspectos apontados pelas educadoras como prioritários para um futuro programa são: atividades culturais, de lazer, de autocuidado e atividades de formação acadêmica e política.

Todas estas informações e dados reafirmam que o cenário que descrevemos sobre a educação brasileira, envolvendo tentativas de censura, ameaças, perseguições e até casos de violência, encontra respaldo numérico. Os questionários da pesquisa “Educadores em risco” mostram o real cenário dos impactos da perseguição docente no Brasil. Reconhecer este cenário é um primeiro passo para lutarmos contra ele.

**Para nós, que acreditamos em uma educação democrática, laica e crítica, é fundamental contarmos, nesse momento, não somente uns com os outros mas também com ferramentas e instituições que nos apoiem!**

Proporcionar assessoria jurídica

91,0%

Disponibilizar acompanhamento psicológico

90,4%

Garantir formação em segurança digital

61,3%

Ofertar espaços e práticas de autocuidado

59,9%

Ofertar formação política

58,8%

Oferecer atividades de formação acadêmica

55,6%

Oferecer atividades de cultura e lazer

41,5%

Garantir viagem temporária para outra região

39,1%



## 4. Não estamos só! Nossa rede de proteção existe.

### Como podemos nos proteger?

No Brasil, contamos com diretrizes, programas e planos elaborados ao longo dos anos 2000, tais como: o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014 a 2024; o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH); as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Educação (CNE); e o Caderno de Educação em Direitos Humanos – Diretrizes Nacionais (CEDH), de 2013, que nos assegura o direito de educar para os direitos humanos.

Ou seja, uma série de dispositivos legais e documentos base, cujo intuito é o de consolidar caminhos para educação em Direitos Humanos no Brasil, está disponível e vigente no país.

Sabemos, entretanto, que somente essa base legal não é suficiente para garantir nosso direito de exercer uma educação democrática. Por isso, é importante sabermos sobre os espaços, instrumentos e ferramentas com que podemos contar para nos proteger. Isso envolve diversas formas de rede de proteção, sejam elas sindicais e de luta ou de acolhimento. Os espaços como sindicatos, associações docentes e demais organizações de educadoras são fundamentais, pois representam a oportunidade de ações coletivas.

Além disso, podemos nos organizar em movimentos sociais e organizações que atuam prol da defesa dos direitos humanos. Todos esses espaços e organizações nos possibilitam sair do isolamento e da ideia de que a perseguição e/ou ameaça está ocorrendo apenas conosco. Esses espaços de luta de coletiva também podem oferecer amparo jurídico e/ou psicossocial.

As nossas redes de proteção são formadas, portanto, não só por todos esses espaços, organizações e movimentos mas também por aquelas que optem por acolher, exclusivamente, nas esferas emocional e/ou juridicamente, por exemplo. E a rede ainda conta com instituições que oferecem suporte em relação a nossa segurança digital.



O mundo virtual tem sido um dos principais palcos de ataques a educadoras no Brasil. Invasões em eventos on-line e postagens de materiais descontextualizados ou de gravações não autorizadas têm sido recorrentes, gerando impactos na saúde mental das professoras que, sobretudo na pandemia, sentem-se, a todo tempo, expostas e vigiadas. Para dar uma breve contribuição nesse sentido, compartilhamos as dicas abaixo:



## Educadoras São Defensoras

### COMO PODEMOS NOS PROTEGER?

5 Dicas de segurança digital para educadoras e educadores

- 1.** Evite deixar seus e-mails e redes sociais logados ou com senhas gravadas. Em especial nos aparelhos de uso coletivo, como sala de professores.
- 2.** Se precisar abrir seu e-mail ou redes sociais em um PC de uso coletivo, use uma guia anônima.
- 3.** Para aulas, reuniões e conferências, não divulgue o link abertamente, faça inscrições prévias e, se possível, deixe uma pessoa responsável por aceitar ou recusar as entradas.
- 4.** Em caso de invasão digital, dê print de tela para comprovar o crime, logo em seguida desconecte a pessoa da reunião e formalize a invasão em sua instituição.
- 5.** Verifique regularmente se suas senhas vazaram e, em caso de vazamento, crie novas senhas. A verificação pode ser feita pelo site: <https://monitor.firefox.com/>

**Informe-se sobre segurança digital! Essa é uma grande resistência!**

## Apresentação do que são programas de acolhimento e realocação temporária

Diante de um cenário sempre muito desafiador e, na maioria das vezes, de insegurança para a vida de defensoras dos direitos humanos, é preciso contar com uma rede e com instrumentos que ofereçam suporte.

Frequentemente as defensoras trabalham em ambientes hostis e, muitas vezes, sem a formação e apoio adequados. Com o tempo, isso pode impactar na atuação desta defensora e em sua contribuição nos movimentos de defesa dos direitos humanos.

Estamos falando de impactos emocionais, psicológicos, materiais, econômicos e, nos casos mais graves, à própria vida da defensora. Para enfrentar este tipo situação contamos com programas que acolhem e, quando necessário, realocam a defensora em outra cidade ou país. Mas o que isso significa na prática?

Significa que existem organizações, instituições, movimentos e fundos que são direcionados para atuar junto a defensoras que de alguma forma estão em risco. Ou seja, que estão sofrendo seja no campo psicológico, econômico ou com ameaças mais severas a sua atuação.

Assim, esta defensora pode contar com instituições que a auxiliem através de suporte jurídico, quando necessário, e com atuação em diferentes áreas. A ideia é que estes programas possam acolher as defensoras. Ou seja, possam conhecer a história, a trajetória, as dificuldades e as demandas de cada defensora. Possam oferecer suporte e, principalmente, ajuda com descanso e

recuperação.

Existem formatos distintos em cada um desses programas. Em alguns deles, a defensora é realocada. Isso significa que a defensora é levada para outra cidade ou país para sua segurança. Mas existem os programas que oferecem treinamentos de segurança, cursos, bolsas de estudo ou espaço para um respiro.

Em todos estes modelos, a proposta é que a defensora se mantenha distante do ambiente difícil em que se encontrava, tendo acesso a recursos educativos voltados para sua formação e que contribuam para a volta a sua cidade e sua atuação como defensora. As iniciativas são muitas, indicamos dois links que podem ampliar suas informações sobre o assunto.

<https://eutrp.eu/>

<https://www.academicxsenriesgo.org/pt/>



## 5. A importância da Educação em Direitos Humanos

É papel da educação a afirmação dos Direitos Humanos? Essa é uma questão determinante para nós e para este projeto. Buscamos, ao longo desta cartilha, afirmar que sim, a educação em Direitos Humanos, que pressupõe práticas educacionais emancipatórias e que favoreçam uma cultura democrática e da cidadania, são papéis essenciais a nossa prática docente.

Acreditamos em uma educação que contribua para o processo de emancipação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos, que colabore na superação da cultura da exclusão e com a luta contra todas as formas de opressão.

A educação em Direitos Humanos parte, portanto, da ideia de uma educação necessariamente voltada para a mudança e não apenas meramente transmissora de conhecimentos. Trata-se, portanto, de uma educação voltada para transformações importantes, que implicam a derrocada de valores e costumes arraigados entre nós, decorrentes de vários fatores historicamente definidos: nosso longo

período de escravidão, nosso sistema de ensino autoritário, nosso sistema familiar patriarcal e machista.

E, para nós, não é possível pensarmos em projetos de universalização de uma cultura dos Direitos Humanos sem que a educação esteja no núcleo das ações previstas. Para isso, nós educadoras somos fundamentais.

Nós educadoras somos defensoras dos direitos humanos, pois defender os direitos humanos é defender uma educação democrática, libertadora, laica e crítica. Uma educação que transforma. Conheça e acompanhe nossas ações nos links abaixo:

<https://portal.ifrj.edu.br/educadores-defesa-direitos-humanos>

<http://www.youtube.com/praticasdeensinoedireitoshumanos>

<https://www.facebook.com/ensino.dh>

**CARTILHA**  
**EDUCADORES SÃO**  
**DEFENSORES DOS**  
**DIREITOS HUMANOS**  
**DEZEMBRO 2021**

**FICHA TÉCNICA:**

Redação:

**Amanda Mendonça**  
**Evelyn Morgan**  
**Pâmella Passos**

Ilustrações:

**Thais Linhares**

Diagramação:

**Renan Collier**

Revisão:

**Luciana Reis**

Realização:



**INSTITUTO FEDERAL**  
Rio de Janeiro



**GPTEC**  
Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação & Cultura



**PROTECTDEFENDERS.EU**

Apoio:



CARTILHA EDUCADORAS SÃO DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS © 2021  
by Práticas de Ensino e Direitos Humanos is licensed under CC BY-NC 4.0